



**EXCELENTÍSSIMA SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA, RELATORA DA ADI
Nº 6.529/DF**

A REDE SUSTENTABILIDADE e o PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO – PSB, partidos políticos já devidamente qualificados nos autos em epígrafe como autoras, vêm, por seus advogados abaixo-assinados, com fundamento no disposto no art. 102, I, a, da Constituição Federal, e nos preceitos da Lei 9.868/99, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em fiel complemento à petição juntada aos autos anteontem (16/12), expor fatos novos e requerer a providência incidental ao fim enunciada.

BREVE SÍNTESE DOS FATOS RELEVANTES

Desde final de outubro, a imprensa vem relatando o inacreditável - e diz isso justamente porque nenhuma mente republicana cogitaria disso, nem na pior das hipóteses - aparente uso da máquina pública pelo Sr. Presidente da República e diversos integrantes da administração pública para pretensos fins estritamente pessoais: tentar livrar seu filho, o Sr. Flávio Bolsonaro, da perseguição e possível responsabilização criminal decorrente dos supostos crimes cometidos enquanto Deputado Estadual, no que se convencionou chamar “Caso Queiroz”. Os fatos começaram a ser narrados, àquela época, pelo jornalista Guilherme Amado, da Revista Época.

Na semana passada, os fatos ganharam contornos ainda mais graves: noticiou-se, novamente pela Revista Época e também pelo portal O Antagonista, a efetiva produção de relatórios, pela Abin, para orientação da defesa do Sr. Flávio Bolsonaro com o fito de pretensamente anular o trâmite do “Caso Queiroz”. Referido órgão e o GSI insistem em negar a produção de qualquer relatório que seja; contudo, mesmo que não se chame de “relatório”, parece inegável que diversos documentos, provavelmente paralelos à oficialidade requerida para as atividades de inteligência - tal qual, inclusive, definido por essa Eg. Corte no âmbito da presente ação -, foram produzidos, seja qual for a sua nomenclatura (sem meras figuras de linguagem). Documentos, relatórios, processos, orientações. Algo fora da dinâmica constitucional e legal foi, segundo relata a imprensa e supostamente confirma a defesa do próprio Sr. Flávio Bolsonaro, efetivamente produzido pela Abin e pelo GSI.

Pois bem. Na data de hoje, novos fatos foram revelados, dessa vez pela Revista Crusoé. A reportagem revela que os relatórios produzidos clandestinamente por *arapongas* da Abin paralela para orientar a defesa do Sr. Flávio Bolsonaro no caso da “rachadinha” foram enviados ao filho do presidente pelo próprio diretor-geral da Abin, Alexandre Ramagem. Para que não restem dúvidas, veja-se a íntegra da reportagem¹ (também anexo), com devidos destaques acrescidos:

A Abin do B

O próprio diretor-geral, Alexandre Ramagem, enviou a Flávio Bolsonaro por WhatsApp os relatórios produzidos clandestinamente pela Agência Brasileira de Inteligência para orientar a sua defesa no caso da rachadinha

Fabio Leite

Dono de temperamento mercurial, o presidente Jair Bolsonaro estava irascível nas primeiras semanas de agosto, na esteira da revelação de Crusoé a respeito dos cheques no valor de 89 mil reais depositados por Fabrício Queiroz e pela mulher dele na conta da primeira-dama Michelle. Àquela altura, o ex-assessor de Flávio Bolsonaro cumpria prisão domiciliar e o advogado Frederick Wassef, que defendia o filho 01 do presidente, havia deixado a causa após a polícia descobrir que ele escondia Queiroz em sua casa em Atibaia, no interior de São Paulo. O caso tinha voltado com toda força ao noticiário e Bolsonaro estava ensandecido com a ampla exposição negativa de Michelle. Dois dias após ameaçar encher “a boca” de um jornalista “na porrada”, por tê-lo questionado a respeito dos pagamentos efetuados à primeira-dama, o presidente topou receber no Palácio do Planalto as duas advogadas que haviam assumido a defesa de Flávio — o senador não compareceu porque havia contraído Covid-19. A ideia era discutir um novo plano de ação que pudesse anular as provas obtidas pelo Ministério Público do Rio no esquema de rachid, que teria desviado 6 milhões de reais dos cofres da Assembleia Legislativa fluminense. Para o encontro, que ocorreu no dia 25 de agosto sem nenhum registro na agenda oficial, Bolsonaro convocou o general Augusto Heleno, chefe do Gabinete de Segurança Institucional, o GSI, e Alexandre Ramagem, o diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência, a Abin, aparato estatal criado há 21 anos para municiar o presidente da República de informações estratégicas a fim de proteger o estado.

Uma reunião extraoficial envolvendo o chefe da Abin e um ministro para tratar de assuntos particulares do filho do presidente por si só já configuraria o completo achincalhe de Bolsonaro aos princípios basilares da administração pública, como o da impessoalidade, mas o desenrolar dessa trama transformou o episódio em um escândalo que rompe o limite da legalidade. Já se sabia que depois desse encontro, conforme mostrou a Revista Época na sexta-feira, 11, dois relatórios clandestinos que teriam sido produzidos dentro da agência de inteligência do governo contendo

¹ Disponível em: <<https://crusoe.com.br/edicoes/138/a-abin-do-b/>>. Acesso em 18/12/2020.

orientações sobre as ofensivas necessárias para anular as provas do Caso Queiroz haviam sido encaminhados a Flávio Bolsonaro via WhatsApp, um no dia 20 de setembro e outro em 8 de outubro. Na sequência, os documentos informais foram repassados para as advogadas do senador.

Nos últimos dias, Crusoé teve acesso às duas mensagens e confirmou com uma fonte primária do caso o que até agora não havia sido revelado: o material clandestino foi enviado diretamente pelo próprio diretor-geral da Abin, Alexandre Ramagem, ao filho 01 de Bolsonaro. A informação é de extrema importância e gravidade no momento em que o governo, sob os olhares do STF, mobiliza-se para tentar esvaziar a tese de que os relatórios foram confeccionados por um órgão de estado que, sem o menor pudor e de maneira clandestina, extrapolou os seus limites legais para atender a um pedido pessoal do presidente da República em benefício de seu filho enrolado na Justiça. O próprio procurador-geral da República, Augusto Aras, reconheceu a gravidade do episódio, a despeito da ressalva de que “precisaria ser provado”. Cabe a ele investigar. Se o fizer, conhecerá o que a Crusoé contará em detalhes a seguir: como funciona a estrutura paralela, o tal “sistema particular de informações” montado por Bolsonaro na Abin. E também saberá por que a ação forjada no interior da agência de inteligência para ajudar a defesa de Flávio Bolsonaro no caso do rachid aparentemente não deixou rastros.

Uma das pontas visíveis da operação são os textos enviados a Flávio Bolsonaro, taxativos quanto à finalidade do plano: “Defender FB (Flávio Bolsonaro) no caso Alerj (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro) demonstrando a nulidade processual resultante de acessos imotivados aos dados fiscais de FB”. Havia uma crença entre os envolvidos – talvez mais desejo do que crença – de que o senador havia sido vítima de arapongagem dentro da Receita Federal e que isso poderia anular o processo, o que a defesa já havia tentado com outros argumentos, sem sucesso.

A narrativa foi apresentada pelas advogadas Luciana Pires e Juliana Bierrembach no encontro com Bolsonaro, em agosto. Segundo elas, a investigação do MP do Rio fora iniciada após uma devassa ilegal nos dados fiscais no senador feita por um grupo de auditores da Receita Federal do Rio. A origem oficial do inquérito, contudo, é o relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, o Coaf, que apontou as movimentações financeiras atípicas de 1,2 milhão de reais nas contas de Queiroz e de dezenas de assessores de outros gabinetes da Alerj, a partir de comunicações enviadas pelo Itaú, banco onde eram pagos os salários dos funcionários da casa.

Na reunião do dia 25 de agosto no Planalto, Bolsonaro teria questionado Ramagem se a Abin sabia dos tais desvios de conduta no Fisco, onde agentes teriam usado “senhas invisíveis” para acessar dados de contribuintes com o objetivo de subsidiar futuras investigações. A resposta negativa do chefe da agência de inteligência fez surgir um silêncio quase sepulcral entre os presentes. Na visão de quem participou do encontro, o clima de constrangimento da reunião instigou Ramagem a entrar de cabeça no caso, para tentar corrigir a “falha” perante o chefe. O diretor da Abin teria ficado com uma cópia da representação apresentada naquele mesmo dia à Receita Federal pelas defensoras de Flávio. O objetivo era ter acesso a todas as

pesquisas realizadas nos sistemas internos do órgão envolvendo o nome do senador, da mulher dele e das empresas do casal desde 2015.

É quando entra em ação a estrutura paralela montada dentro da Abin para atuar conforme os interesses do clã Bolsonaro. Mesmo na condição de diretor-geral da agência de inteligência, Ramagem, afirmam interlocutores que acompanham o caso, sabia que não poderia se valer dos trâmites oficiais do órgão para ajudar na defesa do filho do presidente. Por isso, acionou, nas palavras de servidores concursados do órgão, a central bolsonarista da Abin, criada extraoficialmente e alheia ao procedimento padrão da agência para “levantar antecedentes” e “montar dossiês” a pedidos expressos do governo. A estrutura foi batizada de Coordenação-geral de Credenciamento de Segurança e Análise de Segurança Corporativa e tem como chefe o agente da PF Marcelo Bormevet. Defensor aguerrido do presidente nas redes sociais e amigo de Carlos Bolsonaro, o filho 02, o policial integrou com Ramagem a equipe de segurança de Bolsonaro durante a campanha de 2018 e é chamado na Abin de o “homem do capitão”.

Criada em julho deste ano por um decreto de Bolsonaro, a coordenação comandada por **Bormevet** fica alojada dentro do Centro de Inteligência Nacional, o CIN, responsável por planejar e executar atividades de inteligência para identificar e conter “ameaças à segurança e à estabilidade do estado e da sociedade” decorrentes de atividades criminosas. A estrutura sob a batuta de Bormevet tem origem em um setor que já existia na agência e era responsável por levantar a ficha pretérita de pessoas que seriam contratadas pelo governo, poderiam frequentar o Palácio do Planalto e todos aqueles que cultivam alguma relação com o poder público. A diferença é que antes o setor era chefiado por um oficial da Abin, responsável por acessar os bancos de dados da agência e produzir os relatórios, a partir de pedidos feitos pela própria presidência, via GSI, por algum ministério ou estatal. Tudo pelas vias legais e registrado no Sistema Brasileiro de Informação, o Sisbin, protegido por sigilo. Quando a demanda não condizia com a função por questões políticas, por exemplo, o pedido era negado. Foi justamente para poder fugir do procedimento legal e agir às escuras, longe dos olhos do aparato oficial do estado e das autoridades, que Ramagem nomeou Bormevet e outro policial federal para a coordenação sob o guarda-chuva do CIN. Desde então, os pedidos, muitos deles nada republicanos, passaram a ser enviados diretamente e sem intermediários do gabinete de Ramagem para o “homem do capitão”, que ocupa uma sala no primeiro andar da sede da Abin, em Brasília, em frente a uma escada por onde os servidores do segundo andar precisam passar para se deslocar no prédio.

Tão logo a notícia sobre os “relatórios de inteligência” produzidos pela Abin para ajudar a defesa de Flávio Bolsonaro foi publicada pela revista Época, os oficiais da Abin creditaram a ação a Bormevet. Não bastasse o canal direto com o gabinete de Ramagem, a suspeita de que o agente da PF é o “pai” dos informes encaminhados a Flávio foi reforçada depois que se descobriu que as mensagens com as orientações transmitidas ao senador não cumpriam minimamente os padrões da agência. Todos os oficiais da Abin, no curso preparatório, aprendem a formular os relatórios de acordo com as normativas

do órgão. Somente alguém de outra carreira, como um agente da PF, entendem funcionários graduados do órgão de inteligência, poderia ter sido responsável por aqueles informes, que além de não apresentarem numeração não exibiam sequer a diagramação padronizada do órgão – além de terem sido enviados a Flávio Bolsonaro em formato de texto, via WhatsApp.

O diretor da Abin se aproveitou dessa informalidade para negar o fato mais de uma vez. Em resposta a um pedido de esclarecimentos feitos pela ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, Ramagem afirmou que a agência “não emitiu relatórios de inteligência” para a defesa de Flávio ou “qualquer documento relacionado ao tema”, sem mencionar a informação encaminhada por ele pelo aplicativo de celular ao senador, com orientações para o caso Alerj. Ao STF, parlamentares da Rede pediram acesso às mensagens de WhatsApp trocadas entre ambos. Chefe do GSI, a quem a Abin está vinculada, Augusto Heleno disse que a notícia era uma “narrativa fantasiosa”, mas confirmou o encontro das advogadas com o presidente em agosto, alegando que havia um suposto risco à segurança da família presidencial em jogo e que isso justificaria a presença dele e de Ramagem. Segundo Heleno, após o relato das advogadas, ele entendeu que não era o caso de atuação da Abin e nenhuma providência foi tomada pelo órgão.

As mensagens enviadas a Flávio com alternativas a serem adotadas por sua defesa para pressionar a Receita e o Serviço Federal de Processamento de Dados, o Serpro, a fornecerem as informações solicitadas pelas advogadas do senador, incluindo a sugestão de substituição de pessoas acomodadas em postos estratégicos no Fisco e até a demissão do Corregedor-geral da União, Gilberto Waller Júnior, evidenciam que o plano de criar uma “Abin paralela” denunciado pelo ex-ministro Gustavo Bebianno foi levado adiante.

Em março deste ano, doze dias antes de morrer após sofrer um mal súbito, o ex-advogado de Bolsonaro que foi demitido do governo depois de um entrevero com Carlos Bolsonaro, afirmou que o filho 02 do presidente tinha apresentado a ideia de criar um aparato dentro da agência de inteligência para satisfazer interesses políticos e pessoais do clã presidencial. Nas palavras de Bebianno, Carluxo apareceu com os nomes de “um delegado federal e três agentes” para compor o aparato. O ex-ministro e o general Santos Cruz, que à época era secretário de Governo e depois foi demitido, teriam alertado Bolsonaro de que a ideia poderia levar ao impeachment do presidente. Segundo Bebianno, Bolsonaro “não enfrentou o assunto e a coisa foi cozinhada”. Os fatos, contudo, sempre teimosos, mostram que não. O plano foi levado adiante.

Em junho de 2019, Carluxo emplacou Ramagem no comando da Abin. Delegado da PF desde o início dos anos 2000, ele virou amigo do vereador durante a campanha de 2018, quando o policial chefiou a equipe de segurança de Bolsonaro após o atentado sofrido pelo presidente em Juiz de Fora, Minas Gerais. Desde então, os laços com a família presidencial se estreitaram. Ele foi o escolhido do presidente para assumir o comando da PF em abril, após a demissão do ex-ministro Sergio Moro em razão da interferência de Bolsonaro na corporação. A nomeação de Ramagem como diretor-geral da Polícia Federal acabou, no entanto, barrada pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF, por “desvio de finalidade”. Em setembro, já com plenos poderes na Abin, o chefe do órgão nomeou o agente da PF



Marcelo Bormeivet para trabalhar com ele em Brasília, o mesmo que hoje é apontado como o “pai” dos relatórios enviados a Flávio. O “homem do capitão” não seria o único da escolta de Bolsonaro na campanha a integrar os quadros da agência de inteligência. No mesmo dia, a pedido de Ramagem, o Ministério da Justiça efetivou a requisição do agente Flávio Antônio Gomes para ser o superintendente da Abin em São Paulo. Neste ano, a pasta também efetivou a ida do papiloscopista da PF João Paulo Dondelli para trabalhar na Presidência da República — hoje ele é diretor do Departamento de Projetos Especiais do Ministério das Comunicações. Ou seja, todo o quarteto, “o delegado federal e os três agentes”, que integrou a chamada “Equipe Messias” em 2018, como foi batizada a escolta do então candidato a presidente Jair Messias Bolsonaro, está de volta à ativa. Só que agora, à exceção de Dondelli, que passou a atuar nas Comunicações, a serviço da Abin do B de Ramagem. Augusto Aras precisa cumprir o seu papel como PGR e investigar o caso que, segundo ele próprio reconheceu, é muito grave.

Ademais, fatos novos também foram divulgados pelo jornalista Guilherme Amado²:

ADVOGADA DE FLÁVIO SE RECUSOU A SEGUIR RECOMENDAÇÕES DE RAMAGEM EM RELATÓRIOS: ‘SUGERIA COISA QUE NÃO TENHO CONTROLE’

Abin orientou defesa de Flávio Bolsonaro na anulação de caso Queiroz

18/12/2020 - 06:00 / Atualizado em 18/12/2020 - 09:09

A estratégia de anulação do processo da rachadinha pela defesa do senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ), que consta dos dois relatórios da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) revelados por ÉPOCA na edição de 14 de dezembro, provocou consternação na opinião pública, deixou o Palácio do Planalto em absoluto silêncio e colocou em suspeita a credibilidade da agência como órgão de Estado e dos servidores que lá trabalham.

A despeito dessas consequências da divulgação do teor dos documentos, a defesa de Flávio Bolsonaro relatou à reportagem que jamais cogitou seguir as orientações que constavam do relatório.

Procurada por ÉPOCA no dia 9 de dezembro para comentar o conteúdo obtido pela reportagem, a advogada Luciana Pires disse, sem pedir que fosse resguardado o sigilo da fonte, que as orientações, vindas do diretor-geral da Abin, Alexandre Ramagem, estavam fora do alcance da defesa, por envolverem ações do Executivo, como a demissão de servidores.

“Não fiz nada. Não vou fazer nada do que ele (Ramagem) está sugerindo. Vou fazer o quê? Não está no meu escopo. Tem coisa que eu não tenho controle”, disse a defensora.

Pires relatou que as suspeitas de um suposto grupo criminoso que atuava na Receita Federal, e que constam dos relatórios, não eram novidade para ela —

e que havia sido justamente ela quem informara o senador e Ramagem sobre a suposta atuação desse grupo.

“Todo o material que ele (Ramagem) passou para a Abin foi eu que passei. (...) Eu mandei pronto para ele. Ele não descobriu nada. Inclusive, isso foi pauta na reunião”, disse a defensora.

A reunião citada por Pires, também revelada por ÉPOCA em outubro, foi confirmada nesta semana por Ramagem e pelo general Augusto Heleno, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), ao qual a Abin é subordinada.

Em resposta a uma determinação da ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF) na terça-feira 15, Ramagem admitiu que houve uma reunião com a defesa do parlamentar em agosto, mas disse que o encontro não teve desdobramentos práticos — ou seja, nenhuma deliberação daquele dia teria resultado em ação do governo.

Questionada sobre se a Abin produziu outros documentos além desses dois, a advogada negou.

“Não, não passou para mim. Se produziu, Flávio não passou para mim. Se foi produzido além desses, ele não passou.”

Segundo Luciana Pires, vieram da Abin os dois relatórios e a recomendação para que a defesa protocolasse uma petição na Receita Federal solicitando formalmente os documentos que embasassem a suspeita de que o senador foi alvo de uma devassa ilegal por servidores do Fisco.

“Nenhuma orientação do Ramagem o Flávio seguiu ou me pediu para seguir. Eu não tenho contato nenhum com o Ramagem. Ele ia ajudar em quê? Ele não tem a menor ideia do que está acontecendo lá dentro (da Receita), eu tenho mais informação do que ele. Ele sugeriu esse monte de ação que ninguém seguiu nada”, afirmou.

(Por Guilherme Amado e Gustavo Maia)

Note-se que, agora, temos 2 (dois) veículos distintos, com fontes primárias potencialmente diversas, informando sobre os mesmos fatos. Resta saber se o Ministro do GSI, General Augusto Heleno, também afirmaria que o jornalista Fabio Leite, da Crusoé, tem a “pretensão de denegrir a imagem do Presidente Bolsonaro e das autoridades de seu governo” ou que “baseia-se integralmente na narrativa fantasiosa de um jornalista que, frequentemente, exorbita do seu direito de expressão imputando, sem provas, condutas abusivas a autoridades públicas, sem nenhuma responsabilidade com a verdade dos fatos”.

Quando a imprensa livre não veicula informações do interesse de um ou outro agente público autocrático, melhor efetivamente cerceá-la e denegri-la do que contrapor sua versão dos fatos com argumentos e provas convincentes. *Truque*, com a devida vênia, antigo.

Ora, Excelência: infelizmente, parece-nos que o temor da existência de uma *Abin paralela* efetivamente está se concretizando no mundo real. Fazem-se relatórios paralelos, não



oficiais, não registrados, fora de qualquer rastro de controle de juridicidade e constitucionalidade, mas utilizando-se de servidores públicos e dos sistemas da Abin, com o aparente único fito de promover fins pessoais do Sr. Presidente, que deveria ser da República, e de seus familiares.

A Abin não é um órgão que serve a quaisquer tipos de fins, mas somente aos públicos. Se autoridades querem promover uma espécie de *contrainvestigação* para apurar eventuais nulidades, que isso se dê de forma particular, com a contratação de perícias particulares, serviços advocatícios especializados e outros. E frise-se que isso até poderia ser legítimo, justamente para resguardar a mais ampla defesa. Não se pode, contudo, utilizar a estrutura pública para tal finalidade. Ou simplesmente podemos apagar o termo “República” do art. 1º da nossa Constituição Federal, pois será mera letra morta.

Partindo de todo esse cenário de clara ilegalidade e inconstitucionalidade, numa verdadeira demonstração de desprezo pelo ordenamento constitucional por parte do Sr. Presidente da República, a Rede solicitou, no bojo da presente ação, no dia 12/12, que Vossa Excelência, por mera decorrência do acórdão prolatado quando do julgamento da medida cautelar na presente ação, determinasse:

- i. que o Presidente da República, o GSI e a Abin se abstenham de fazer qualquer solicitação à Receita e ao Serpro sobre o “Caso Queiroz” (suposto esquema de “rachadinhas” envolvendo o Sr. Flávio Bolsonaro), na medida em que não há finalidade pública no pleito;
- ii. que a Receita Federal e o Serpro se abstenham de fornecer qualquer informação sobre o “Caso Queiroz” (suposto esquema de “rachadinhas” envolvendo o Sr. Flávio Bolsonaro), exceto nos casos previstos em lei, como eventuais determinações judiciais, na medida em que não há finalidade pública no pleito;
- iii. que o GSI e a Abin enviem, no prazo de 10 dias, a essa Eg. Corte, cópia integral das fundamentações fáticas e jurídicas, dos relatórios produzidos e dos processos, procedimentos, protocolos, registros de acesso e quaisquer outras informações que possibilitem o controle judicial dos procedimentos de inteligência que envolvam o “Caso Queiroz” (suposto esquema de “rachadinhas” envolvendo o Sr. Flávio Bolsonaro);



- iv. a abertura de processo administrativo na Receita Federal e no Serpro para apurar eventuais ingerências políticas no “Caso Queiroz” (suposto esquema de “rachadinhas” envolvendo o Sr. Flávio Bolsonaro);
- v. que a PGR seja oficiada para investigar os fatos, tendo em vista a possível prática de atos penal e administrativamente relevantes (prevaricação, advocacia administrativa, violação de sigilo funcional, crime de responsabilidade e improbidade administrativa);

Com as informações prestadas pela Abin e pelo GSI após Vossa Excelência ter determinado a manifestação dos órgãos diante dos gravíssimos fatos, a Rede e o PSB requereram, no dia 16/12, que Vossa Excelência determinasse a intimação do Sr. Flávio Bolsonaro para prestar esclarecimentos, fornecer os documentos aqui citados (relatórios ou quaisquer outros sinônimos que pretenda usar) enviados para ele via *WhatsApp* em 20 de setembro e em 8 de outubro de 2020 e declinar os nomes do(s) agente(s) público(s) que lhe enviaram os documentos, para que sejam apuradas as responsabilidades devidas. Referido pedido ainda pende de análise pela Eg. Corte.

Contudo, diante novos gravíssimos fatos relatados pela imprensa (Crusoé e Época) na data de hoje, as partes autoras pedem vênias para complementarem o pedido feito há dois dias, na medida em que, àquela época, não se sabia a real densidade dos fatos. Então, em **complemento** aos pedidos da petição do dia 16/12, **requerem**, em tutela provisória:

- a) o afastamento do Diretor-Geral da Abin, Delegado da PF, Alexandre Ramagem, e do Coordenador-geral de Credenciamento de Segurança e Análise de Segurança Corporativa da Abin, o agente da PF Marcelo Bormevet, tanto de seus cargos comissionados na Abin, quanto de seus cargos efetivos na Polícia Federal, até que a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência delibere efetivamente acerca dos requerimentos apresentados sobre o caso;
- b) após a determinação do afastamento, a intimação pessoal dos Srs. Alexandre Ramagem e Marcelo Bormevet para que esclareçam os fatos estarem narrados pela imprensa na data de hoje, apresentando todos os documentos, oficiais ou não, produzidos por eles referentes ao “caso Queiroz”; e
- c) nova intimação para o Ministro do GSI, General Augusto Heleno, manifestar-se sobre os fatos novos.



Requerem que, doravante, todas as publicações e intimações na presente ação sejam realizadas, sob pena de nulidade, nos nomes de **LADYANE SOUZA**, OAB/DF nº 59.078, e **RAFAEL ARARIPE CARNEIRO**, OAB/DF nº 25.120.

Termos em que pede e espera o deferimento.

Brasília-DF, 18 de dezembro de 2020.

LADYANE SOUZA

OAB/DF nº 59.078

RAFAEL ARARIPE CARNEIRO

OAB/DF nº 25.120

FELIPE SANTOS CORRÊA

OAB/DF nº 53.078